



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI

II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,  
com Ênfase em Educação de Jovens e Adultos/ 2013-2014

Gabriela Martos Rodrigues

Luzinete Assencio Pereira

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA SUPERAR  
PRECONCEITOS

Brasília- DF, Abril/ 2014



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI

II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,

com Ênfase em Educação de Jovens e Adultos/ 2013-2014

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA SUPERAR  
PRECONCEITOS

Gabriela Martos Rodrigues

Luzinete Assencio Pereira

ORIENTADORA: ANA AMÉRICA MAGALHÃES ÁVILA PAZ

TUTORA ORIENTADORA: LORENA MACHADO DE LIMA

PROJETO DE INTERVENÇÃO

Brasília-DF, Abril/2014

Rodrigues, Gabriela Martos, Luzinete Assencio Pereira

Gênero e Diversidade na Alfabetização de Jovens e Adultos  
para Superar Preconceitos: Ano: 2014  
41F.

Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com  
ênfase em EJA – 2014 - Faculdade de Educação da Universidade de  
Brasília

Orientadora: Prof. Dra. Ana América Magalhães Ávila Paz

1.Diversidade 2.Gênero 3.Etnia.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
Faculdade de Educação – UAB/UnB/MEC/SECADI  
II Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania,  
com Ênfase em Educação de Jovens e Adultos/ 2013-2014

Gabriela Martos Rodrigues  
Luzinete Assencio Pereira

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA SUPERAR  
PRECONCEITOS

Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania, com ênfase em EJA como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista na Educação de Jovens e Adultos.

---

ORIENTADORA: ANA AMÉRICA MAGALHÃES ÁVILA PAZ

---

TUTORA ORIENTADORA: LORENA MACHADO DE LIMA

---

AVALIADOR EXTERNO

Brasília-DF, Abril/ 2014

## **DEDICATÓRIA**

Dedicamos aos estudantes da 1ª etapa do 1º segmento do Centro de Ensino Fundamental 01 do Núcleo Bandeirante, que por falta de oportunidades, não puderam ter acesso à leitura e à escrita e nem domínio sobre o conhecimento básico da matemática e, as dificuldades na vida diária não são obstáculos, estão lutando em busca de novos conhecimentos e dedicamos também a nossas famílias que tanto apoio nos deu.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente queremos agradecer a Deus, que diariamente nos fortalece para seguirmos com força e determinação. Aos nossos familiares que compreendem a nossa luta para novas conquistas e aos tutores e orientadores desse curso que muito contribuíram para o nosso crescimento profissional, e aos alunos da EJA, que prontamente se dispuseram a nos auxiliar na aplicação do projeto e sem esta significativa colaboração nada teria acontecido.

Tolerância mútua é uma necessidade em todos os tempos e para todas as raças. (Ghandi)

## RESUMO

Este projeto interdisciplinar tem como objetivo contribuir inicialmente com os estudantes da 1ª etapa do 1º segmento matriculados no Centro de Ensino Fundamental 01 do Núcleo Bandeirante, identificando os saberes na área de Gênero, Diversidade e relações étnico-raciais. Oferecer a esses estudantes da Educação de Jovens e Adultos - EJA, subsídios teóricos e metodológicos que os auxiliem nos desafios de seu cotidiano, considerando que essa modalidade de ensino visa superar os processos de exclusão e marginalização social daqueles que estiveram distantes de um processo educacional. Para a superação dessa exclusão é necessário identificar e refletir às diferenças existentes entre os indivíduos sejam eles de pertencimento à determinada classe social, gênero, etnia ou orientação sexual, cultural e socialmente estabelecido. Assim, se há de surgir uma sociedade justa, em que todos têm direito de ir e vir, respeitando os direitos de todos, é necessária a desconstrução de conceitos para novos conceitos, transformando a mentalidade, promovendo uma reflexão individual e coletiva, ampliando a compreensão e combatendo em todos os segmentos a discriminação e os preconceitos. Com a aplicação dos temas propostos no PIL, os estudantes terão a oportunidade de trabalharem, em sala de aula, problemáticas que lhes são comuns, por meio de textos e vídeos e suas próprias experiências. Surgindo uma oportunidade de avaliar esses estudantes de forma mais direta e objetiva.

**PALAVRAS CHAVE:** Diversidade, Gênero e Etnia.

## **ABSTRACT**

This interdisciplinary project aims to initially contribute to the students of the 1<sup>st</sup> step of the 1<sup>st</sup> segment enrolled in the Center for Primary Education 01 Casco, identifying knowledge in the area of Gender, Diversity and ethnic-racial relations. Offer these students the Education of Youth and Adults - EJA, theoretical and methodological support to assist them in the challenges of their daily lives, considering that this type of education aims to overcome the processes of social exclusion and marginalization of those who were far from an educational process. To overcome this exclusion is necessary to identify and reflect existing differences between individuals, whether of belonging to a certain social class, gender, ethnicity or sexual, cultural and socially established orientation. Thus, the deconstruction of concepts for new concepts is a fair society, where everyone has the right to come and go, respecting the rights of all, there is need to emerge, transforming the mindset, promoting individual and collective reflection, broadened the understanding and fighting in all segments of discrimination and prejudice. With the application of the themes proposed in the PIL, students will have the opportunity to work in the classroom, problems that are common to them, through texts and videos, and their own experiences. Arising an opportunity to assess these students more directly and objectively.

**KEYWORDS:** Diversity, Gender and Ethnicity

## **SIGLAS**

**CF** - Constituição Federal

**EJA** - Educação de Jovens e Adultos

**LDB** - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

**PNPM** - Plano Nacional de Políticas para Mulheres

**FNE** – Fórum Nacional de Educação

**GTPA** – Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização do distrito Federal

**CONAE** – Conferência Nacional de Educação

**CONFINTEA** - Conferência Internacional de Educação de Adultos

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**MEC** - Ministério da Educação

**DRE** - Diretoria Regional de Ensino

**PIL**- Projeto Interventivo Local

## SUMÁRIO

1 – IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE.....	12
2 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO.....	13
3 – AMBIENTE INSTITUCIONAL .....	14
4 – JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA .....	16
5 – OBJETIVOS .....	28
6 – ATIVIDADES E RESPONSABILIDADES.....	29
7 – CRONOGRAMA.....	32
8 – PARCEIROS.....	34
9 – ORÇAMENTO.....	35
10 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO.....	36
11 – BIBLIOGRAFIA.....	38

## 1 - IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE

Nome: **Gabriela Martos Rodrigues**

Telefones:

e-mail:

Turma H

Nome: **Luzinete Assencio Pereira**

Telefones:

e-mail:

Turma H

## **2 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO**

### **2.1 TÍTULO**

GÊNERO E DIVERSIDADE NA ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA SUPERAR PRECONCEITOS

### **2.2 ÁREA DE ABRANGÊNCIA**

Atuação local: CEF 01 do Núcleo Bandeirante.

### **2.3 INSTITUIÇÃO**

- CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL 01 DO NÚCLEO BANDEIRANTE

Endereço: Avenida Contorno – Área Especial 07 – Núcleo Bandeirante

Instituição ligada à Secretaria de Estado da Educação do DF

### **2.4 PÚBLICO**

Estudantes da primeira etapa do primeiro segmento da EJA

- Média de idade: 30 a 50 anos

- Escolaridade: pouca

-Evasão dos alunos: no primeiro semestre - não há  
no segundo semestre – média

- Interação: são muito receptivos e se integram bem entre si e tem boa autoestima

### **2.5 PERÍODOS DE EXECUÇÃO**

O Projeto durará 10 semanas, de fevereiro a abril de 2014, tendo sua culminância na terceira semana de abril de 2014.

### **3 - AMBIENTE INSTITUCIONAL**

O Centro de Ensino Fundamental 01 do Núcleo Bandeirante foi inaugurado em 1977, como Centro de Ensino de 1º grau 01 do Núcleo Bandeirante. Em 1997 passou por uma reforma. A escola é conhecida, na comunidade, como “Sapão”, devido ter sido construído onde havia um brejo que foi aterrado.

No diurno a escola oferece o ensino fundamental anos finais e no noturno o primeiro e o segundo segmentos da EJA, a partir do ano de 2010.

Há na escola um laboratório de informática e uma biblioteca que é utilizada pelos alunos, por meio de projetos. A escola já ganhou vários prêmios, e participou de vários programas como do Soletorando – concorrendo em nível nacional em um programa de televisão.

Aos estudantes da EJA é oferecido lanche, no noturno, pois os mesmos vêm direto do trabalho, que são em sua maioria, domésticas, pedreiros, jardineiros entre outros, sendo todos nordestinos. A turma têm alguns estudantes estrangeiros que estão aprendendo o Português – dois são de Gana (África) e dois do Haiti. Atualmente, a escola atende cerca de 68 matrículas no primeiro segmento nas quatro etapas e, 175 matrículas no segundo segmento nas quatro etapas.

A estrutura física da escola é boa, mas necessita de uma reforma. Possui 15 salas de aula, bem amplas e iluminadas, corredores com acesso para pessoas com deficiência, cantina, banheiros, sala de atendimento aos alunos (SOE), biblioteca, auditório, laboratório de informática, direção, sala de professores e de coordenação pedagógica, secretaria e mecanografia, além de quadra poliesportiva e pátio para recreação, nos quais os estudantes podem ter acesso. Importante ressaltar que este ano temos dois professores intérprete de Libras para atendimento aos estudantes com surdez.

Segundo a Pesquisa Distrital por amostra de domicílios - PDAD/DF - 2011, a Região Administrativa do Núcleo Bandeirante possui um total de 22.569

habitantes. Não estuda 16.343, 3.369 com matrícula em escola pública e 2.857 em escola privada. A população por condição de estudo são: analfabetos: 262 (15 anos ou mais), sabem ler e escrever: 159. A população por situação de atividades: do total de 22.569, não tem atividades 683, trabalho remunerado, 10.346, do lar, 1616, desempregado, 785, estudantes, 3.221 e voluntários, 11.

#### 4 – JUSTIFICATIVA E CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

As relações étnico-raciais e de gênero são contextualizadas em sua compreensão e em sua abordagem conceituais como algo muitas vezes banal e não discutível. Isso porque, existe no Brasil uma cultura, desde a colonização, de imposição, de segregação e de visão de classes sociais, formada por diferentes raças que compõem a sociedade brasileira.

O Brasil, apesar de ser um Estado laico, ainda traz em suas características de colônia uma grande separação de classes sociais, oriundas da herança de um regime escravocrata, má distribuição de renda, pouca importância à formação educacional da população, bem como da indisponibilização de acessos da população à cidadania. Em um país multicultural e multirracial como o Brasil, os direitos de igualdade e liberdade para todos deveriam ser algo natural e inerente da sociedade.

Nos últimos tempos a diversidade tem sido tema constante em vários segmentos da sociedade. Os últimos governos tem procurado normatizar alguns campos dessa área, como por exemplo, o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas, entre outras. Desde a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), com a ampliação dos direitos, conforme citado abaixo:

##### TÍTULO I

###### Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

- II - garantir o desenvolvimento nacional;
  - III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
  - IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:
- I - independência nacional;
  - II - prevalência dos direitos humanos; (CF, 1988)

As políticas públicas têm buscado se fazer presente em áreas específicas na busca de organizar essa nova sociedade que se abre em um leque de diferenças. Grupos se uniram por igualdade e dignidade.

As políticas públicas ainda são acanhadas, mas estão surgindo. Algumas já aparecem na educação, como a implantação da pluralidade cultural, nos Parâmetros Curriculares Nacionais; a LDB que apresenta capítulos específicos sobre alguns temas, conforme é citado pela SECADI (MEC), anexo VI – Documento Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA “BRASIL: Educação e Aprendizagens de Jovens e Adultos ao longo da vida”:

As perspectivas para a EJA no país são amplas. A dinâmica sociocultural e política de nossa sociedade, bem como o envolvimento dos movimentos sociais que, nas últimas décadas, disseminaram a consciência sobre os direitos humanos, sociais, culturais e ambientais aponta para uma nova configuração da EJA como um campo específico de direitos e de responsabilidade político-educacional. Entretanto, esses avanços ainda são tencionados pela persistência de situações de exclusão de parcela significativa da população e por limitações no âmbito das políticas sociais. Este cenário demanda dos gestores públicos, educadores e movimentos sociais a realização de esforços para a garantia do direito à educação de jovens e adultos, buscando novas formas, espaços e propostas político-pedagógicas adequadas às especificidades deste público. Configura-se, assim, a necessária articulação intersetorial que integre as políticas educacionais às políticas de cultura, saúde, emprego e geração de trabalho e renda e às possibilidades apresentadas pelas novas tecnologias de comunicação e informação.

Segundo Carrara (2013), trabalhar simultaneamente a problemática de gênero, da diversidade sexual e das relações étnico-raciais, ou seja, abordar em conjunto a misoginia, a homofobia e o racismo não é apenas uma proposta absolutamente ousada, mas oportuna e necessária. No Brasil, o estudo destes

três temas e dos correlativos processos de discriminação social deu origem a campos disciplinares distintos (quem estuda uma coisa não estuda outra), a diferentes arenas de atuação de ativistas (cujo diálogo entre si nem sempre é fácil) e, finalmente, apolíticas públicas específicas. Apesar dessa fragmentação, gênero, raça, etnia e sexualidade estão intimamente imbricados na vida social e na história das sociedades ocidentais e, portanto, necessitam de uma abordagem conjunta. Para trabalhar estes temas de forma transversal, será fundamental manter uma perspectiva não essencialista em relação às diferenças. A adoção dessa perspectiva justifica-se eticamente, uma vez que o processo de naturalização das diferenças étnico-raciais, de gênero ou de orientação sexual, que marcou os séculos XIX e XX, vinculou-se à restrição do acesso à cidadania a negros, indígenas, mulheres e homossexuais.

Houve uma preocupação do governo federal em criar uma Secretaria, que cuida de determinados assuntos, buscando uma sinergia entre o Estado e a sociedade. Mesmo procurando atender grupos diversos, para que tais políticas públicas sejam de fato implementadas é necessário haver uma compreensão das realidades em seus espaços e reconhecimento de suas potencialidades.

Acrescentando ainda, a questão dos sujeitos da EJA e sua diversidade o documento acima citado, reza:

A EJA é também espaço de tensionamento e aprendizagens em diferentes ambientes de vivências que contribuem para a formação de jovens e adultos como sujeitos da história. Nesses espaços a EJA volta-se para um conjunto amplo e heterogêneo de jovens e adultos oriundos de diferentes frações da classe trabalhadora. Por isso, é compreendido na diversidade e multiplicidade de situações relativas às questões étnico-racial, de gênero, geracionais; de aspectos culturais e regionais e geográficos; de orientação sexual; de privação de liberdade; e de condições mentais, físicas e psíquicas – entendida, portanto, nas diferentes formas de produção da existência, sob os aspectos econômico e cultural. Toda essa diversidade institui distintas formas de ser brasileiro, que precisam incidir no planejamento e na execução de diferentes propostas e encaminhamentos da EJA.

Diante dos muitos desafios apresentados e criação de novas concepções, o Estado precisa orientar de forma eficaz o atendimento dos diversos grupos,

considerando suas realidades e, para tanto, o texto do CONFINTEA ressalta o seguinte:

A diversidade é constituída das diferenças que distinguem os sujeitos uns dos outros – mulheres, homens, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, pessoas com necessidades especiais, indígenas, afro-descendentes, descendentes de portugueses e de outros europeus, de asiáticos, de latino-americanos, entre outros. A diversidade que constitui a sociedade brasileira abrange jeitos de se, viver, pensar e agir que se enfrentam. Entre tensões, entre modos distintos de construir identidades sociais e étnico-raciais e cidadania, os sujeitos da *diversidade* tentam dialogar entre si, ou pelo menos buscam negociar, a partir de suas diferenças, propostas que incluam a todos nas suas especificidades sem, contudo, comprometer a coesão nacional, tampouco concepções e propostas de EJA voltadas à formação humana que passam a entender quem são esses sujeitos e que processos políticos-pedagógicos deverão ser desenvolvidos para dar conta de suas necessidades, desejos, resistências e utopias. (2008)

O Plano Nacional de Direitos Humanos reza, para aplicação na educação, como objetivo:

fomentar a inclusão, no currículo escolar, das temáticas relativas a gênero, identidade de gênero, raça e etnia, religião, orientação sexual, pessoas com deficiências, entre outros, bem como todas as formas de discriminação e violações de direitos, assegurando a formação continuada dos(as) trabalhadores(as) da educação para lidar criticamente com esses temas (2007, p. 31)

O Plano Nacional de Políticas para Mulheres, também traz em seus objetivos:

A Política Nacional para as Mulheres orienta-se pelos seguintes pontos fundamentais: **Igualdade e respeito à diversidade** – mulheres e homens são iguais em seus direitos. A promoção da igualdade implica no respeito à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, situação econômica e regional, assim como os diferentes momentos da vida das mulheres; **Equidade** – a todas as pessoas deve ser garantida a igualdade de oportunidades, observando-se os direitos universais e as questões específicas das mulheres; **Autonomia das mulheres** – o poder de decisão sobre suas vidas e corpos deve ser assegurado às mulheres, assim como as condições de influenciar os acontecimentos em sua comunidade e seu país; **Laicidade do Estado** – as políticas públicas voltadas para as mulheres devem ser formuladas e implementadas independentemente de princípios religiosos, de forma a assegurar os direitos consagrados na Constituição Federal e nos instrumentos e

acordos internacionais assinados pelo Brasil; **Universalidade das políticas** – as políticas públicas devem garantir, em sua implementação, o acesso aos direitos sociais, políticos, e Justiça social – a redistribuição dos recursos e riquezas produzidas pela sociedade e a busca de superação da desigualdade social, que atinge de maneira significativa às mulheres, devem ser assegurados; **transparência dos atos públicos** – o respeito aos princípios da administração pública, tais como legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, com transparência nos atos públicos e controle social, deve ser garantido; **Participação e controle social** – o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas devem ser garantidos e ratificados pelo Estado brasileiro, como medida de proteção aos direitos humanos das mulheres e meninas, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres; (PNPM, 2006, p.7,8)

Com todo esse trabalho do governo federal em implementar políticas públicas de igualdade de gênero, entra em cena, a partir do ano de 2014, o Primeiro Plano Distrital de Políticas para Mulheres, com 310 ações e 71 metas, organizadas por um Grupo de Trabalho, cujas ações se deram após a Terceira Conferência Distrital de Políticas Públicas para Mulheres em 2011. Nesse mesmo ano, criou-se a Secretaria para Mulheres, por meio de Decreto 32.716, de 01/01/2011, com a missão de “defender e ampliar os direitos das mulheres, por meio de formulação, implementação e integração de políticas públicas na perspectiva de emancipação e transformação social”.

A partir de então, o governo local deu um grande passo na busca da igualdade de gênero. Mostrou-se estar à frente dos demais estados brasileiros. No Plano, o governo apresenta, em suas metas, programas de específicos de capacitação de mulheres, gerenciando e garantindo a permanência das mesmas nos programas oferecidos.

Trabalhar simultaneamente a problemática de gênero e das relações étnico-raciais e homofobia é oportuna e necessária, devido aos fatos que constantemente se percebem em sala de aula. As estudantes do sexo feminino ainda não identificam sua autonomia, sua representação como mulher na sociedade.

Entende-se por preconceito de gênero, as atitudes sociais que discriminam as pessoas de acordo com o seu sexo. Em geral, as mulheres são mais afetadas através de ideias, palavras e atos, determinando diferentes comportamentos sociais quando comparadas aos homens. Os preconceitos de gênero variam de acordo com o momento histórico e a cultura de cada local, e a sua identificação auxilia na superação dos mesmos. As convenções com respeito a gênero são determinadas segundo o momento histórico, tendo como influência a cultura e a classe social e, como consequência às mudanças dessas estruturas consideradas normais, surgiram expressões para tentar definir esse novo olhar sobre gênero, como homossexualismo e identidade de gênero, que imediatamente entram na linguagem cotidiana, sendo acrescentadas gays, lésbicas, travestis, transexuais e bissexuais, especificando os elementos desse coletivo. Diante de tanta diversidade, o preconceito surge com ofensas, humilhações e ameaças. Tais manifestações caracterizaram-se como homofobia.

Surge, então, o programa Brasil sem Homofobia, do Ministério da Saúde em 2004, conforme cita Rossi (2008):

Algumas políticas públicas desencadeadas a partir daí, como já vimos discutindo, passa a ser determinadas de forma mais acentuada pelo Estado conforme os seus interesses. Assim, podemos inferir que os propósitos do Programa Brasil sem Homofobia, desencadeado como política pública através da pressão popular, especificamente organização dos homossexuais, têm grande avanço no que se refere à conquista de direitos sociais, porém estes estão imbuídos de com conceito de democracia individualista.

E Rossi (2008) continua na sua afirmação:

A existência de um movimento organizado pressupõe que algo é negado em relação aos seus direitos. Por mais que a luta por direitos limita-se somente a esfera jurídica, essa luta pressupõe uma violação de direitos em relação aos demais. Não podemos negar que a homofobia existe, e que, se levada às suas últimas consequências pode levar à morte de sujeitos homossexuais. Por esse motivo criam-se demandas específicas, e por isso, o Movimento LGBTTT tenciona e pressiona o Estado a formular políticas públicas que combatam a homofobia, com o objetivo de contribuir para a efetivação de políticas na promoção dos direitos humanos e da diversidade sexual no âmbito da educação.

As estudantes da 1ª etapa do 1º segmento do CEF 1 do Núcleo Bandeirante, cumprem dupla jornada, trabalham fora e realizam todas as tarefas da casa, desde a limpeza à educação dos filhos, mas ainda são submissas, acreditam que quem manda é o homem. As estudantes sofrem discriminação e preconceito e as mesmas consideram que tudo isto é normal e acreditam que são mais frágeis que os homens. São violentadas fisicamente e psicologicamente. Sabem da existência da Lei Maria da Penha, mas principalmente por dificuldades financeiras e por não entenderem a discriminação por gênero, continuam a acreditar que não há mudanças. É percebido que elas educam as meninas diferentes dos meninos e não conseguem mudar as tradicionais relações entre homens e mulheres, acham que toda tarefa da casa, os trabalhos domésticos, são funções das mulheres.

A Lei 11.340/2006 cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do art. 226 da Constituição Federal - da Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher. Dispõe sobre a criação dos juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

As desigualdades de gênero ocorrem no mercado de trabalho, na organização da vida política, no ordenamento jurídico da sociedade e na produção de conhecimentos científicos. Apesar das conquistas e das disposições preliminares da Lei das políticas públicas, que visam garantir os direitos das mulheres no âmbito das relações domésticas, protegendo-as da discriminação, violência, exploração e opressão.

Em relação à questão étnica racial é importante ressaltar que os estudantes da sala são nordestinos, a maioria de cor negra, dois são do Haiti e dois são de Gana. Assim, a diversidade cultural predomina diariamente e os estudantes estrangeiros são aceitos com naturalidade. Não há preconceitos.

Com o advento da Constituição de 1988, o governo se viu na obrigação de reconhecer a diversidade étnico-racial e cultural da população. E com isso, um novo rumo foi tomado no País, para mudar situações delicadas como o reconhecimento de que o racismo é um problema da sociedade. Para tanto, foi criada a Lei 10.639/2003, que estabelece legislação específica obrigatória às escolas públicas e privadas para adotarem em seus currículos a história da África e seus descendentes no Brasil. Com isso a cultura negra, em geral, passou a ser vista e estudada nas escolas, conforme se estabelece abaixo:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.” Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’.” (Lei 10.639/03)

Para Silva (2006), a sociedade brasileira sempre foi multicultural e multirracial, com cultura, língua e organização social peculiares e acrescenta que:

O ocultamento da diversidade no Brasil vem reproduzindo, tem cultivado, entre índios, negros, empobrecidos, o sentimento de não pertencer à sociedade. Visão distorcida das relações das relações étnico-raciais vem fomentando a ideia, de que vivemos harmonicamente integrados, numa sociedade que não vê as diferenças. Considera-se democrático ignorar o outro na sua diferença. O ocultamento da diversidade produz a imagem do brasileiro cordial, que trata todos com igualdade, ignorando deliberadamente as suas nítidas e contundentes diferenças. Não é, pois, por acaso que o Ministério da Educação (1997) instituiu os Parâmetros Curriculares Nacionais, incluindo como tema transversal a Pluralidade Cultural, Dessa forma, reconhece, admite a diversidade como parte da identidade nacional, como marca a vida social brasileira. Diversidade, no entanto, ainda tratada como diferenças étnico-raciais que se realizam em convivência harmoniosa, mesmo diante das inúmeras

provas em contrário na sociedade e em suas instituições, dentre elas, as escolas.

Conforme Filice (2013), a história da educação dos negros/as no espaço escolar se confunde com a história dos negros/as em toda a sociedade, ou seja, uma história de invisibilidade, segregação e direitos negados. A História das populações negras tem sido a história da exclusão, não só no Brasil. A escravidão que atingiu indígenas, e, em especial, os negros/as, após mais de um século da abolição, permanece impregnada no imaginário brasileiro, nas formas de tratamentos preconceituosas e discriminatórias que se convertem de brincadeiras e piadas em cerceamento do direito à educação e à cidadania. Ao considerar o recorte racial, os indicadores sociais não deixam dúvida, os negros são a maioria dentre as populações pobres. Na sociedade em geral ocupam posições subalternas e com menor remuneração.

“A História das populações negras tem sido a história da exclusão, não só no Brasil.” Essa afirmação, evidencia a realidade da população negra no Brasil. Segundo o levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2009, feito com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2008 do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), apesar da redução da distância entre os dois grupos, o índice de analfabetismo entre jovens e negros ainda é duas vezes maior do que entre os jovens brancos., ainda que, tenha tido um pequeno aumento. No que diz respeito à educação, a pesquisa revela desigualdades raciais e de gênero no acesso à escolaridade. Em 1993, a taxa de analfabetismo para homens brancos de 15 anos ou mais era de 9,2%, passando a 5,9%, em 2007. Entre as mulheres brancas na mesma faixa etária, o índice passou de 10,8% para 6,3%, e entre as mulheres negras passou de 24,9% para 13,7%. Mesmo com a redução observada nas taxas de analfabetismo, para os diversos grupos, as desigualdades entre os grupos raciais, segundo a pesquisa, ainda são significativas (mais de oito pontos percentuais entre homens brancos e negros e mais de sete pontos percentuais entre as mulheres destes

grupos). Assim, verifica que à desigualdade está na educação, condição social, remuneração e mercado de trabalho. Apesar da LDB 394/96, a Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011 a realidade ainda são de negros que nunca foram á escola , assim constata-se a falta de oportunidades e de políticas públicas .

As afirmações acima são identificadas na turma da 1ª etapa do 1º segmento, onde está se desenvolvendo o PIL, todos os estudantes de nacionalidade brasileira são de origem negra ou parda e da região Nordeste. Não frequentaram a escola porque precisavam trabalhar , moravam na zona rural e o trabalho era na lavoura. Hoje exercem as funções de pedreiro, jardineiro, entregador em loja de materiais de construção, empregada doméstica, babá, servente e montador. Há dois estudantes de Gana (África) e dois do Haiti. São alfabetizados na língua do país de origem e vieram ao Brasil para trabalharem devido as dificuldades do país em que viviam e exercem as profissões de ajudante de obra, carregador em loja de materiais de construção e uma do sexo feminino trabalha na limpeza de um salão de beleza.

Os temas gênero, diversidade e étnico-racial são necessários no contexto educacional, nas políticas públicas e na discussão de toda a sociedade, portanto, a escola deverá estar preparada para desenvolver com os estudantes e comunidade as implicações éticas e políticas contextualizadas nesses temas.

Diante de uma mudança natural que ocorre na sociedade em geral, onde as diferenças são inerentes a todos e, como contribuição para melhor assistir esses grupos sociais, o CONAE estabelece em alguns dos seus eixos (Proposições e Estratégias) pontos importantes a serem aplicados, como por exemplo, o eixo II, que reza:

Educação e Diversidade: Justiça Social, Inclusão e Direitos Humanos: 23 – Implementar a modalidade da EJA para o jovem, o adulto, e o idoso, orientada para o reconhecimento do direito humano e cidadão, a diversidade cultural, linguística, racial, étnica e de gênero. 27 – Desenvolver ações conjuntas e articuladas pelo diálogo e fortalecimento do FNE E Diversidade Étnico-Racial,

Fórum de Educação Escolar Indígena, Fórum de Educação no Campo, Fórum de Educação inclusiva, Fórum de Educação em Direitos humanos, Fórum de EJA, Fórum de Educação Profissional, Fórum LGBT, Comissão Técnica Nacional de Diversidade para Assuntos Relacionados à Educação dos Afro-Brasileiros, dentre outros.

As reflexões sobre o atual desenvolvimento de políticas educacionais e suas consequências para um sistema de ensino que reproduz de alguma maneira a desigualdade de gênero não foram ainda suficientemente desenvolvidas.

Nas escolas, as relações de gênero também ganham pouca relevância entre educadores e educadoras, assim como no conteúdo dos cursos de formação docente.

Ainda temos os olhos pouco treinados para ver as dimensões de gênero no dia-a-dia escolar, talvez pela dificuldade de trazer para o centro das reflexões não apenas as desigualdades entre os sexos, mas também os significados de gênero. A compreensão das relações de gênero, de como elas se constroem e se estabelecem em nossa sociedade é fundamental para qualquer proposta de organização curricular.

A diversidade encontra-se atrelada à EJA, por vários motivos, entre alguns a problemática social que os une, de acordo com o GTPA – Fórum EJA/DF, é necessário um reconhecimento desses sujeitos que estão, muitas vezes, à margem da sociedade, o exercício do princípio formador para atendimento de uma diversidade não só de gênero e étnico-racial, mas de idade (sejam para mais ou para menos – no caso o jovem que foi transferido para a EJA), de meio urbano, entre várias outras. O reconhecimento de seus valores como referência fundamental para a aplicação das políticas públicas, da profissionalização e da inserção desses estudantes na sociedade.

Há um movimento inconsciente de ajuda mútua na turma onde está sendo aplicado o PIL, onde o outro é visto pela sua necessidade de aprender e de como pode ser ajudado. Isso é um grande passo para que o PIL seja um sucesso nessa

turma específica. A aceitação dos estudantes ao Projeto garante um trânsito mais fácil na aplicação das atividades.

A diversidade, como se vê na turma em que o PIL está sendo aplicado, é uma característica da EJA, o que proporciona uma interação não preconceituosa, porque os estudantes acabam por criar vínculos, quando se vêem no outro, no mesmo grau de dificuldade para estudar e se estabelecer na sociedade. Na busca de uma vida digna, migram de um estado para o outro e sobrevivem à exclusão e ao preconceito. Assim, buscam a EJA como alternativa de mudanças e de recuperar o tempo perdido.

## **5 - OBJETIVOS**

### 5.1 OBJETIVO GERAL

- Identificar o conceito de gênero e diversidade;

### 5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Construir o conceito de identidade de gênero;
- Identificar a discriminação de Gênero em contexto de desigualdade Social e étnico-racial;

## 6 – ATIVIDADES E RESPONSABILIDADES

TEMAS	OBJETIVOS	ATIVIDADES
Gênero	Refletir sobre a identidade de gêneros	Imagens de homens e mulheres e suas representações na sociedade  Vídeo: Acorda, Raimundo, acorda
Função social do homem e da mulher	Reconhecer a função social de cada um na sociedade	Discussão em grupo: O que é ser homem e o que é ser mulher  Leitura do texto: Cinco abordagens sobre gêneros
Imagem da mulher no carnaval	Identificar a imagem da mulher na mídia no carnaval	Confecção de Máscara de carnaval  Discussão em grupo: A imagem na mulher no carnaval
Carnaval	Reconhecer a diversidade cultural	Atividade Extra Classe: Concurso de máscaras com a participação de todos os estudantes, no pátio da escola  Diversidade étnico-racial: Apresentação de um estudante haitiano cantando marcha de carnaval em francês
Dia Internacional da Mulher	Conhecer a legislação referente aos direitos da mulher	Dia Internacional da Mulher:  Como surgiu a lei Maria da Penha e suas implicações  Matéria do Fantástico: violência

		contra a mulher
Apresentação musical	Conscientizar por meio de música situações reais de violência contra a mulher	Apresentação do vídeo do Grupo Musical de São Sebastião – Atitude Feminina, com a música “Rosas”
Diversidade Cultural	Estabelecer vínculos étnico-raciais de diferentes culturas	Brasil, Haiti e Gana – diversidade cultural – relatos dos estudantes sobre a cultura de seus países  Vídeos – Racismo é burrice e Por uma infância sem racismo
Violência contra a mulher	Mostrar como os homens são educados pelas mulheres	Leitura da entrevista do Sr. Tony Porter: “Os homens que agridem as mulheres foram educados para isso”
Novos conceitos	Desconstruir conceitos para novos conceitos	Relatos dos estudantes com um novo olhar para o gênero, a diversidade e o étnico-racial
Gênero e Diversidade	Divulgar as experiências vividas pelos estudantes do projeto	Culminância se dará por meio da confecção de um mural, na entrada da escola, pelos alunos, com o tema: Gênero e Diversidade

### 6.1 VÍDEOS PARA APRESENTAÇÃO:

- Reportagem do Fantástico sobre violência contra a mulher
- Vídeo: Acorda, Raimundo, acorda
- Vídeo: Grupo musical – Atitude Feminina

- Vídeo: da música Racismo é burrice

- Vídeo: Por uma infância sem racismo

## 6.2 TEXTOS PARA DISCUSSÃO EM SALA DE AULA:

- Entrevista do Sr. Tony Porter – Revista Época

- Cinco abordagens sobre Gênero.

## 6.3 PÚBLICO ALVO

Estudantes da 1º etapa do 1º segmento da Educação de Jovens e Adultos.

Levantamento preliminar de perfil ocupacional e/ou profissional, dos estudantes da 1ª etapa do Centro de Ensino Fundamental 01 do Núcleo Bandeirante - DF, na Educação de Jovens e Adultos - EJA.

OCUPAÇÃO	CÓDIGO (CBO)	NÚMERO DE ESTUDANTES	SITUAÇÃO
Pedreiro	7152.30	1	Autônomo
Jardineiro	6220-10	1	Autônomo
Montador de Andaime	7155.45	1	Autônomo
Empregada Doméstica	5-40.20	4	Registro em carteira de trabalho
Motorista em embaixada	7823-05	1	Registro em carteira de trabalho
Faxineira	552.20	3	Autônoma
Atendente de balcão	5211-10	1	Registro em Carteira de Trabalho

## 7 - CRONOGRAMA

### PLANO DE ATIVIDADES SEMANAIS

ATIVIDADES	DATA DE REALIZAÇÃO
- Imagens de homens e mulheres e suas representações na sociedade  - Vídeo: Acorda, Raimundo, acorda	12/02
- Discussão em grupo: O que é ser homem e o que é ser mulher  - Leitura do texto: Cinco abordagens sobre gêneros	19/02
- Confeção de Máscara de carnaval  - Discussão em grupo: A imagem na mulher no carnaval	26/02
- Atividade Extra Classe: Concurso de máscaras com a participação de todos os estudantes, no pátio da escola  - Diversidade étnico-racial: Apresentação de um estudante haitiano cantando marcha de carnaval em francês	27/02
- Dia Internacional da Mulher:  - Como surgiu a lei Maria da Penha e suas implicações  - Matéria do Fantástico: violência contra a mulher	12/03
- Apresentação do Grupo Musical de São Sebastião – Atitude Feminina com a música “Rosas	19/03
- Brasil, Haiti e Gana – diversidade cultural – relatos dos estudantes sobre a cultura de seus países	26/03

Vídeos – Racismo é burrice e Por uma infância sem racismo	
- Leitura da entrevista do Sr. Tony Porter: Os homens são violentos porque são educados para agredirem	02/04
- Leitura da entrevista do Sr. Tony Porter: Os homens são violentos porque são educados para agredirem (continuação)	09/04
- Culminância: Confeção de um mural na entrada da escola, pelos alunos: Gênero e Diversidade.	16/04

## **8 - PARCEIROS**

A parceria da direção do CEF 01, professores da EJA do primeiro e segundo segmento, representante da DRE e comunidade escolar são fundamentais para a execução desse projeto. Os estudantes que se prontificaram em tirar as fotos e em participarem, bem como a Secretaria de Educação que em parceria com a UnB proporcionou a execução do curso.

## 9 - ORÇAMENTO

<b>Recurso</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Total</b>
papel craft	10 folhas	R\$0,70	R\$7,00
pincel atômico	04 unidades	R\$3,00	R\$12,00
fita adesiva	01 unidade	R\$3,00	R\$3,00
papel cartão	10 unidades	R\$1,00	R\$10,00
Cola	03 unidades (Bastões)	R\$2,00	R\$6,00
tesoura	10 unidades	R\$1,00	R\$10,00
lantejoulas	10 unidades	R\$1,00	R\$10,00
Ligas(100 u )	01 saquinho	R\$4,00	R\$4,00
lápiz de cor	01 caixa	R\$3,50	R\$3,50
purpurina	10 unidades	R\$1,00	R\$10,00

## 10 – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A avaliação será contínua, os estudantes serão avaliados nas participações nas atividades pedagógicas, na interação com o grupo e pelo pensamento crítico adquirido.

Inicialmente este PIL será realizado na turma da primeira etapa do primeiro segmento, após realização será apresentado à equipe pedagógica para discussão e avaliação para aplicação em outras turmas.

A aplicação do PIL ainda está sendo realizada. Mas, já foi constatado o quanto se faz necessário um trabalho coerente e consecutivo, aliado à teoria e a prática, sobre a questão de gênero, diversidade e étnico-racial, com a gestão escolar, professor e estudantes de todos os segmentos e comunidade. Inicialmente, as reproduções de que "homem é superior e mulher submissa" predominou em meio aos estudantes da 1ª etapa do 1º segmento, gerando preconceitos, estereótipos. e indagações.

Com o decorrer das atividades os estudantes foram desconstruindo os conceitos e construindo novos conceitos. Desenvolveu uma postura crítica em relação aos processos de naturalização da diferença, conscientes de que desigualdades sociais e políticas acabam sendo inscritas nos corpos: corpos de homens e mulheres tornam-se diferentes por meio dos processos dessocialização.

Por meio dos relatos dos estudantes foi possível perceber que as atividades desenvolvidas pelo PIL, impulsionou o debate sobre questões relativas à cultura afro-brasileira, interferindo positivamente no processo de construção produzindo conhecimentos, atitudes e valores que promovam a igualdade de condições étnico-raciais . Assim identificando as desigualdades sociais e econômicas , as práticas discriminatórias e o racismo devem fazer parte das políticas públicas educacionais para combate a discriminação e exclusão dos estudantes. Para que o PIL seja apresentado em outras turmas há certa resistência por parte de alguns profissionais, sentem se despreparados/as para lidar com gênero, e diversidade.

Assim, com o desenvolvimento do PIL, as noções de cidadania estão sendo compreendidas, nos princípios da ética, dos direitos humanos, respeitando as diferenças e não utilizando-as como critérios de exclusão social e política.

## BIBLIOGRAFIA

Acorda, **Raimundo, Acorda**. De Alfredo Alves. Brasil. 1990. 16'. Disponível em <https://www.youtube.com/watch> (Acesso em 20/03/2014)

BRASIL, **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília,DF: SECAD; SEPPIR, jun,2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cinco abordagens sobre Gênero**. Por Viviane Hercowitz, ed. 17, 2009  
Disponível em: [www.revistaondajovem.com.br](http://www.revistaondajovem.com.br). (acesso em 19/03/2014)

CARRARA, Sérgio. **Educação, Diferença, Diversidade e Desigualdade - Formação de Professores em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais – 2013**

\_\_\_\_\_. **Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas**. Vera Maria Ferrão Candau. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. PUC-Rio. Brasil - 2011

FILICE, R. C. G. **Educação das Relações Étnico-Raciais no contexto da Educação de Jovens e Adultos**. Disponível em PDF. (2 Texto: (O gênero nas políticas públicas da Educação no Brasil 1988 a 2002). Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, jan./abr. 2004 p. e 1/2)

**Gênero e Diversidade na Escola: Formação de professores em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de Conteúdo. Versão 2009 - Rio de Janeiro CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

**I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2006 – Disponível em** <http://200.130.7.5/spmu/docs/planinho.pdf> (acesso em 19/03/2014)

**Lei Maria da Penha**, nº 11.340, de 07.08. 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm) (acesso em 19/03/2014)

\_\_\_\_\_. **Os homens que agredem as mulheres foram educados para isso**. Por Tony Porter, Revista Época - 06/11/2012

**Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

**Práticas Pedagógicas de Trabalho com relações étnico-raciais na Escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03** . Nilma Lino Gomes (org).1. ed - Brasília:MEC; Unesco, 2012

**Racismo é Burrice**, de Gabriel O Pensador. Letra disponível no [www.youtube.com/watch](http://www.youtube.com/watch). (acesso em 20/03/2014).

**Rosas**, de Atitude Feminina. 2006. Disponível em: [www.youtube.com/watch](http://www.youtube.com/watch). (acesso em 20/03/2014).

\_\_\_\_\_. **Por uma infância sem racismo**. Disponível em [www.infaciasemracismo.org.br](http://www.infaciasemracismo.org.br) (acesso em 19/03/2014)

SILVA, Petronilha B. G. e. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil**. Porto Alegre/RS ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set/dez. 2007

\_\_\_\_\_.Anexo IV – **Documentos Base Nacional Preparatório à VI CONFINTEA “Brasil: Educação e Aprendizagens de Jovens e Adultos ao Longo da Vida”**. ME. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2008. Brasil

## 11.1ANEXOS



(Foto 1) Aluno na atividade de confecção de máscaras de carnaval



(Foto 2) Aluna no trabalho



(Foto 1) Aluno haitiano no trabalho (Aeroporto)